

## Luta contra a excisão

CELUY ROBERTA HUNDZINSKI\*



O século XX não acabou sem que ao menos uma mulher tivesse a coragem de denunciar a prática da excisão e infibulação, praticadas, no início da puberdade, em meninas de algumas partes do mundo. Em fevereiro de 1999, Mariatou Koita, 23 anos, foi a primeira a recorrer à justiça francesa, alegando sofrer muito com isso e não querer que suas filhas passem pelo mesmo processo.

Mulheres como ela, oriundas de culturas que acham correto tal procedimento, sofrem, em países como a França, ao se depararem com a realidade onde é crime o que para alguns é sagrado.

As indiciadas Hawa Gréou (praticante) e Dienaba Koita (mãe de Mariatou) foram condenadas, respectivamente, a cinco e dois anos de prisão.

Mariatou é francesa proveniente da segunda geração da imigração africana. Acredita-se que alguém da primeira geração, por causa das convicções interiores e da pressão coletiva, jamais se atreveria a denunciar. As que tentam manifestar-se contra são acusadas de desavergonhadas, ocidentalizadas e de fazer com que a identidade cultural africana se perca.

A prática da excisão varia de acordo com a cultura de cada povo que ainda a adota. Consiste na mutilação do clitóris (órgão do prazer sexual feminino) e dos pequenos lábios vaginais. A excisão mínima, utilizada no oeste da África e na Indonésia, é a retirada do capuz do clitóris.

Temos ainda, no leste africano (Djibuti, Etiópia, Somália, Sudão, Egito, Quênia), a infibulação, também chamada de excisão faraônica, considerada a pior de todas, pois, após a amputação do clitóris e dos pequenos lábios, os grandes lábios são seccionados, aproximados e suturados com espinhos de acácia, sendo deixada uma minúscula abertura necessária ao escoamento da urina e da menstruação. Esse orifício é mantido aberto por um filete de madeira, que é, em geral, um palito de fósforo. As pernas devem ficar amarradas durante várias semanas até a



total cicatrização. Assim, a vulva desaparece sendo substituída por uma dura cicatriz. Por ocasião do casamento a mulher será “aberta” pelo marido ou por uma “matrona” (mulheres mais experientes designadas a isso). Mais tarde, quando se tem o primeiro filho, essa abertura é aumentada. Algumas vezes, após cada parto, a mulher é novamente infibulada.

A operação é sempre feita por mulheres (matronas) em suas próprias casas ou nas casas dos pais da vítima, em troca de presentes pelo trabalho efetuado. A menina é posta no colo de sua mãe que segura suas pernas abertas. A vagina é então mutilada, sem anestesia, por instrumentos como uma lâmina de barbear, uma faca de lâmina flexível ou mesmo tesouras.

São inúmeras as consequências. Esse momento abominável pode provocar um choque cardíaco, grandes hemorragias ou sangramentos contínuos que levam à morte, problemas com órgãos vizinhos. Os hematomas e queimações ocasionados pela passagem da urina podem gerar retenção urinária.

Posteriormente costuma-se observar: perturbações menstruais; infecções locais, urinárias e genitais que motivam a esterilidade; partos complicados; repercussões na saúde mental, como ansiedade, angústia, depressão, etc.

Há uma luta travada entre o governo francês e os praticantes de tal rito, que na sua origem, significava a separação dos sexos. Na tradição de Mali, o céu fecundou a terra antes de sua excisão dando origem ao chacal, semente da desordem no mundo. Assim sendo, a criança nascida de uma mulher não excisa vem anunciar a desordem e o azar.

A mortalidade ligada a essa prática atinge em torno de 600.000 mulheres no mundo. Na França, mais de 20.000 mulheres por ano são mutiladas. Em 1982, Awa Thiam criou a CAMS-F – Comissão de Abolição de Mutilações Sexuais da França, tendo como eixo o aspecto jurídico do considerado crime.

O tema, entre vários outros, foi discutido no 15º Congresso Mundial de Sexologia ocorrido de 24 a 28 de junho deste ano, em Paris.



\* **CELUY ROBERTA HUNDZINSKI** é docente, Língua Francesa, Instituto de Línguas (UEM).